

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 66, DE 2003

(Apensos os PLs nº 69/2003; nº 791/2003; nº 2.386/2003; nº 5.152/2005; e nº 5.569/2005)

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Deputado SÉRGIO MIRANDA

Relator: Deputado JÚLIO DELGADO

I - RELATÓRIO

Vêm à apreciação desta Comissão de Defesa do Consumidor a proposição em epígrafe e as apensadas, que têm em comum o objetivo de permitir que as ligações telefônicas aos serviços de emergência, como polícia, pronto-socorro e bombeiros, possam continuar sendo feitas, mesmo quando o consumidor estiver inadimplente com o pagamento da tarifa.

O PL nº 66/2003 acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que *“Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”*, para obrigar as operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado a permitirem a continuidade das ligações gratuitas para os serviços públicos de emergência, mesmo durante o período de suspensão do serviço telefônico por falta de pagamento. Ao justificar a iniciativa, o Autor alega que as ligações para os serviços de emergência são gratuitas, por força da Resolução nº 85, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Portanto, não deveriam ser



868A7FDB15

suspensas por falta de pagamento. Além do que, uma ligação para a polícia ou para os bombeiros pode evitar crimes, incêndios e outras tragédias.

O PL nº 69, de 2003, proíbe as prestadoras de serviço telefônico móvel celular e móvel pessoal de impedirem o acesso dos terminais aos serviços de emergência, mesmo nos casos de inadimplemento do usuário no sistema pós-pago ou de término dos créditos em planos pré-pagos. O Autor argumenta, em defesa da proposição, que a telefonia celular, em especial o sistema pré-pago, tem substituído a telefonia fixa, principalmente entre os trabalhadores autônomos e as famílias que vivem nas periferias das grandes cidades, locais com alto índice de violência. Assim, para a melhoria de vida de nossa população, torna-se necessário permitir que, mesmo os usuários inadimplentes, possam originar chamadas para bombeiros, polícia ou hospitais.

O PL nº 791, de 2003, acrescenta o art. 82-A à supracitada Lei nº 9.472/97, com o intuito de possibilitar, no âmbito do Serviço Telefônico Fixo Comutado, a continuidade das ligações para os serviços públicos de emergência, mesmo durante a suspensão temporária por falta de pagamento. Justifica a proposição o fato de as ligações para os serviços de emergência serem gratuitas e de grande importância para a comunidade, uma vez que uma simples ligação para os bombeiros, polícia ou pronto-socorro pode salvar vidas. Além disso, a medida não teria nenhum reflexo na receita das prestadoras, nem exigiria grandes investimentos para ser implementada.

O PL nº 2.386, de 2003 e o PL nº 5.569, de 2005, são idênticos e modificam três artigos da já mencionada Lei nº 9.472/97. Alteram a redação do § 1º de seu art. 79, para estabelecer que a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público de urgência e emergência é obrigação de universalização de caráter gratuito. Alteram a redação do inciso II de seu art. 109, para estabelecer que é competência da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL fixar os casos de serviço gratuito para o ente estatal e para a população, como os de urgência e emergência. Por fim, acrescenta inciso ao § 2º de seu art. 163, para determinar que independe de outorga o uso, pelos órgãos policiais e bombeiros, de frequência nas faixas destinadas a fins exclusivamente de segurança pública. Justifica a iniciativa a



necessidade de desonerar os órgãos de segurança pública, com o objetivo de impedir a interrupção dos serviços de urgência e emergência prestados pela Polícia e pelo Corpo de Bombeiros, que são essenciais à segurança dos cidadãos. Também justifica a iniciativa a necessidade de se permitir aos órgãos policiais e bombeiros a utilização da rede rádio de modo similar às Forças Armadas, a fim de evitar que os interesses sociais e coletivos permaneçam submissos aos interesses privados.

O Projeto de Lei nº 5.152, de 2005, intenta vedar a suspensão, por falta de pagamento, de alguns serviços de telecomunicações. No caso da telefonia fixa comutada, seria vedada a suspensão dos serviços que não ensejam tarifa, tais como ligações a cobrar e chamadas para serviços de emergência; os beneficiários dessa norma seriam os consumidores residenciais, não-residenciais, prestadores de serviços públicos essenciais e instituições sem fins lucrativos. No caso da telefonia móvel celular e móvel pessoal, seria vedado suspender, por falta de pagamento, as ligações para os serviços públicos de emergência. Além disso, a proposição veda a cobrança da taxa de religação de serviço de telefonia fixa, desde que tenha sido suspenso por falta de pagamento. O Autor justifica a proposição argumentando que a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor determinam a proteção do consumidor e a continuidade dos serviços públicos essenciais. Assim sendo, não se justifica a suspensão total do serviço, com o objetivo de forçar o consumidor a liquidar seus débitos. Também não se justifica bloquear as ligações para os serviços de emergência, pois já são gratuitas. Em adição, conforme o Autor, a cobrança de taxa de religação é absurda, pois incentiva as empresas a apressarem a suspensão do serviço, a fim de terem o direito de cobrar as elevadas taxas de religação.

A esta Comissão incumbe apreciar as proposições em pauta, quanto ao mérito, unicamente no que concerne ao disposto no inciso V do art. 32 do Regimento Interno. No prazo regimental, não receberam emendas.

II - VOTO DO RELATOR



868A7FDB15

Quando o consumidor atrasa o pagamento à empresa que lhe presta serviços de telefonia, ou quando terminam seus créditos no sistema pré-pago, sujeita-se a ter o serviço suspenso. Num primeiro momento, a empresa suspende parcial e temporariamente o serviço, impossibilitando o telefone de originar chamadas. No entanto, o aparelho continua recebendo as ligações a ele direcionadas. Logo, continua conectado ao sistema de comunicações telefônicas. Num segundo momento, a persistir a inadimplência, a suspensão dos serviços é total.

Sabemos que as empresas de telefonia suspendem a possibilidade de originar chamadas como forma de pressionar o consumidor a saldar seu débito. Compreendemos sua necessidade de receber o que lhes é devido para que possam continuar operando e prestando bons serviços. Entretanto, julgamos extremamente abusivo que pressionem seus clientes a pagar a fatura, impedindo-os de pedir socorro à polícia, aos bombeiros, aos hospitais, aos serviços de resgate, etc. De mais a mais, o aparelho telefônico já está conectado ao sistema, e as chamadas para os serviços de emergência são gratuitas, sendo impossível pesar sobre elas qualquer impontualidade de pagamento.

Estamos, portanto, de acordo com o objetivo comum dos projetos ora analisados. Os serviços de emergência são fundamentais à preservação da segurança, da vida e do patrimônio dos cidadãos, são um avanço de nossa sociedade e devem estar à disposição de todos, não importando se estão adimplentes ou inadimplentes com a empresa prestadora de serviços telefônicos..

Entretanto, entendemos que os PLs nº 2.386, de 2003, nº 5.569/2005 e nº 5.152/2005 não apresentam boa técnica legislativa. Os dois primeiros porque pretendem atingir o mesmo objetivo dos demais PLs em análise, porém de outra maneira, ou seja, redefinindo o conceito de obrigações de universalização atribuídas às prestadores de serviços de telecomunicações no regime público, contido na Lei nº 9.472/97, e o terceiro porque, para atingir o mesmo fim, propõe alterar o conceito de obrigações de continuidade, contido na mesma lei. Além disso, o PL nº 5.152/2005 veda a cobrança de qualquer taxa



relativa a religação de telefone. Do nosso ponto de vista, tal vedação obrigaria as prestadoras a ratearem os custos das religações entre todos os consumidores, onerando aqueles que não as solicitaram, o que consideramos injusto.

Embora alguns dos projetos em apreciação tratem somente da telefonia fixa e outros apenas da telefonia móvel, entendemos que a capacidade de originar chamadas para os serviços de emergência durante o período de suspensão parcial do serviço deva ser estendida a todos os tipos de telefonia. Para tanto, apresentamos um Substitutivo que pretende alcançar tal fim, mediante o acréscimo de um inciso ao art. 3º da supracitada Lei, que define os direitos do usuário de serviços de telecomunicações.

Diante das razões acima expostas, nosso voto é pela rejeição dos Projetos de Lei nº 2.386, de 2003; nº 5.152, de 2005; e nº 5.569, de 2005; e pela aprovação dos Projetos de Lei nº 66, de 2003; nº 69, de 2003, e nº 791, de 2003, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado JÚLIO DELGADO
Relator





868A7FDB15

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 66, DE 2003

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações tem direito:

I -

XIII - à fruição gratuita do serviço de chamadas destinadas a serviços públicos de emergência, inclusive nos períodos em que o serviço de telecomunicações estiver suspenso por motivo de débito decorrente de sua utilização, ou de término dos créditos em planos pré-pagos, ou de descumprimento de condições contratuais.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



868A7FDB15

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado JÚLIO DELGADO
Relator

2005_15594_Júlio Delgado_165



868A7FDB15